

A tradição messiânica portuguesa e a constituição do Quinto Império

Leandro Henrique Magalhães (Doutor)

Curso de História – Universidade Federal do Paraná e Centro Universitário Filadélfia

Resumo

O presente trabalho pretende demonstrar a importância da tradição messiânica portuguesa para a construção do ideal de reino de Deus, elemento fundamental para a constituição de uma identidade lusitana. Esta tradição, em certos momentos, adquiriu caráter político, como no caso das interpretações realizadas por Fernão Lopes, visando à legitimação do Mestre de Avis; de D. João de Castro em relação ao retorno de D. Sebastião; e dos restauradores, quando tratavam da ascensão de D. João IV ao trono português. Procurou-se, também, identificar as influências do messianismo joaquimita e da tradição judaica que, aliadas à história lusitana, são tidas por muitos como sagradas, fortalecendo a concepção de povo escolhido por Deus e de Quinto Império do Mundo.

Palavras-chave: messianismo; Quinto Império; história de Portugal.

Abstract

The present work intends to demonstrate the importance of the Portuguese messianic tradition to the construction of the model of Kingdom of God, the main element to the constitution of a Lusitanian identity. In certain moments, this tradition have got a political mark, as in the case of the interpretations realized by Fernão Lopes, aiming the legitimation of the Master of Avis; of D. João de Castro related to the regress of D. Sebastião; and from those who made the restoration, when dealing to the ascension of D. João IV to the Portuguese throne. We attempted to identify the influences of the joaquimita messianism and the Jewish tradition which, allied to the Lusitanian history, had by many as holy, that strengthen the conception of people chosen by God and the Fifth Empire of the World.

Key words: messianism, Fifth Empire, Portugal history.

Os séculos XVI e XVII portugueses foram marcados pelo processo de centralização política do reino e pela expansão ultramarina. Aliados a estes elementos, estava a elaboração de um discurso messiânico, que identificava o rei de Portugal como aquele que unificaria e lideraria a cristandade em direção ao estabelecimento de um reino cristão universal. Tal discurso ganha força com o desaparecimento do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, sendo retomado pelos restauradores como elemento legitimador da Dinastia de Bragança. Esta concepção messiânica deve ser entendida como aliada ao milenarismo, ou seja, a concepção de que, após a vitória do rei, o mundo viveria mil anos de felicidade antes do Juízo Final, questão motivadora de intensos debates no interior do cristianismo.

Esses elementos sofrem diversas influências e interpretações, ao tratar a história de Portugal como sagrada. Ao longo da centúria de 1500 - 1600, a poesia épica messiânica esteve presente no cotidiano lusitano, assim como uma historiografia ligada ao maravilhoso que, baseando-se na crença da verdade divina, proclamava sua interferência na vida humana (CURTO, 1997, p.325-332). Podemos identificar tais elementos, por exemplo, na obra de João de Barros (1953), quando trata dos prognósticos que Clarimundo, imperador da Húngria e, segundo o autor, avô do Conde D. Henrique, pai de Afonso Henriques, realizou

para Portugal¹. Também Camões chama atenção para aspectos sagrados ao abordar a história de Portugal identificando, em diversos momentos, interferência divina a favor dos portugueses, como na configuração de Portugal como reino universal, na interferência divina a favor dos portugueses na Batalha de Ourique, nas profecias sobre a ascensão de D. João I, ou no momento em que Deus devolve aos mouros as flechas enviadas contra os portugueses (CAMÕES, 1980)².

Estas interpretações estavam apoiadas, basicamente, em três correntes messiânicas: as teorias joaquimitas, o judaísmo e a terceira propriamente portuguesa, que fazia do reino e de seu povo o escolhido por Deus. Entendemos o messianismo como um elemento de longa duração, que se firma a partir das interpretações históricas feitas pelos israelitas e encontradas no Antigo Testamento (QUEIROZ, 1976), apesar de autores como José Van Besselar afirmarem ser possível a identificação de manifestações messiânicas em culturas que não possuíam uma tradição bíblica (BESSELEAR, 1987). cremos, no entanto, que este conceito só pode ser utilizado quando há influências

judaico-cristãs, manifestando-se de acordo com os interesses e expectativas vigentes, estando geralmente à margem da igreja oficial, que condenava tais ideias.

Na Europa dos séculos XV e XVI, grandes perturbações como guerras e pestes auxiliaram na consolidação de expectativas messiânicas, fazendo com que muitos acreditassem que o Juízo Final estava próximo. Além disso, os avanços renascentistas indicavam o fim dos tempos, pois as recentes teorias filosóficas e científicas estavam no limiar de um novo misticismo, quando até mesmo a descoberta da América, com a conversão dos últimos pagãos, reafirmava o fim.³ Temos, nesse momento, segundo Jean Delumeau, duas interpretações distintas dos textos bíblicos apocalípticos: a de mil anos de felicidade e a do Juízo Final (DELUMEAU, 1995). A ideia de mil anos de felicidade, ou *Millenium*, parte da concepção do fim de um mundo, que dará início a uma nova era, vinculada à vinda de um messias salvador (LE GOFF, Jacques. 1984), diferenciando-se da tradição escatológica, cuja crença era o fim absoluto do mundo.

1 Ver volume III, capítulo IV, que trata das profecias acerca de Portugal. Gil Vicente, no "Auto da Lusitânia", afirma que Portugal, que se casaria com Lusitânia, filha do Sol, tinha sua origem na Húngria, compartilhando da perspectiva de João de Barros (VICENTE, 1965).

2 Ver: Canto Segundo, estrofes 48 a 51, p. 154-156; Canto Terceiro, estrofes 42 a 46, p. 211-213; Canto terceiro, estrofe 103, p. 242; Canto Décimo, estrofe 40, p. 590.

3 As fontes bíblicas que possibilitam interpretações milenaristas são, segundo Marilena Chauí: no velho testamento - livro das revelações de Daniel, profecias de Ezequiel, Isaias e Joel; no novo testamento - epístola de Paulo aos romanos a aos tessalônicos; pequenos apocalipses ou as revelações finais de Marcos, Mateus, Lucas e o apocalipse de João (CHAUÍ, 1998).

O messianismo pode adquirir tanto caráter conservador quanto revolucionário, dependendo da perspectiva em relação ao fim: pode fomentar a inércia, ao aguardar a intervenção divina na resolução de seus problemas, ou pode levar à ação, ao propor aos indivíduos que preparem o terreno para essa intervenção (BESSELMAR, 1987). O mundo real seria o campo de batalha entre o bem e o mal, e a salvação ocorreria neste mundo, sendo o messianismo uma esperança histórica, o que justifica o uso político do conceito ao partir da noção de que o salvador livrará seu povo de opressores internos ou externos. A ideia de povo eleito garante um lugar privilegiado para os portugueses, que se julgavam detentores de uma missão universal, justificando sua ação civilizadora em nome da conversão de todos os povos a partir de um lugar alternativo para a realização das profecias, que não era Roma nem Jerusalém, mas Portugal.

A noção de messias tem origem bíblica, em especial no Antigo Testamento, interpretado a partir dos interesses imediatos e à luz de textos proféticos. Judeus e cristãos mantinham esperanças messiânicas, porém, a partir de expectativas distintas: para os judeus, o verdadeiro messias ainda não havia surgido, negando a figura de Jesus. Já os cristãos, apesar de aceitarem a salvação de Cristo, esperavam Seu retorno, que garantiria a vitória definitiva sobre os males. Para

muitos, este retorno seria precedido por um líder, que prepararia o mundo para a vinda do verdadeiro e único messias. Tais interpretações baseavam-se, em particular, no Apocalipse de São João, que teve forte influência sobre as teorias messiânicas com caráter milenaristas, pois afirma que o Juízo Final seria precedido de um período de mil anos de felicidade (BESSELMAR, 1987).

A partir daí, o messianismo passa a ser interpretado de acordo com o modo como se compreende o processo histórico, ou seja, como as dimensões temporais são relacionadas e como ocorre o entendimento entre campo de experiência e horizonte de espera (REIS, 1999, p. 08). No século XVI, acreditava-se que o futuro existia em função do passado, uma vez que toda a história de Portugal já havia sido traçada e revelada por meio de profecias. O tempo tinha um caráter providencial e escatológico, linear, progressista e finalista, mas também messiânico, profético e cíclico, já que utilizava as mesmas conjeturas que foram, em um primeiro momento, direcionadas aos judeus que, por não aceitarem Cristo, perderam a graça divina, legando a Portugal seus desígnios (SARAIVA, 1992). O devir não era algo desconhecido e a-histórico, porém retratava o que já havia sido divinamente planejado. Assim, para compreender o presente não bastava olhar para o passado, mas também para o futuro.

Tal perspectiva, segundo Norman Cohn (1970), faz do messianismo cristão herdeiro do judeu, formulado a partir do Antigo Testamento e da expectativa em relação à vinda do salvador, diferenciando-se ao prever a salvação universal, e não apenas de uma comunidade, embora os portugueses entendessem a si como povo escolhido por Deus, fato que justificava sua atuação no ultramar. Nos primeiros anos do cristianismo, muitos esperavam a volta de Cristo que, após derrotar os inimigos, os romanos, estabeleceria um período de felicidade sobre a terra (COHN, 1970, p.18). No entanto, tais ideias permaneceram marginais até por volta do século X, pela proposta de Santo Agostinho de uma leitura simbólica do apocalipse, com a igreja ocupando o papel de reino de Cristo que perduraria por mil anos, sem período intermediário, até o advento do Juízo Final. Há, assim, uma condenação do messianismo milenarista por Santo Agostinho, devido às ameaças que tais aspirações representavam à hierarquia da igreja, que começara a se consolidar no século IV (DELUMEAU, 1998), atingindo uma situação de supremacia no mundo mediterrâneo e tornando-se a igreja oficial do Império Romano. Apesar da hierarquia clerical negar, tais inspirações permaneceram junto às crenças populares, sendo retomadas pelo povo em épocas de incertezas. Neste sentido, surge uma literatura apocalíptica denominada

“Sibilinas Cristãs”, inspiradas nas Sibilinas Judaicas, que tiveram grande influência sobre a população, ficando atrás apenas da Bíblia e dos livros canônicos.

Esses escritos tiveram forte influência na obra de Joaquim di Fiori, abade italiano que viveu entre os anos de 1145 e 1202 e elaborou um sistema escatológico que se fundiu com as “Sibilinas Cristãs”. Para o abade, as alegorias bíblicas serviam como um método de compreender e prever o desenrolar da história, ultrapassando seus fins morais e religiosos. Joaquim di Fiori formulou uma teoria sobre as três idades da humanidade: antes da lei ou tempo do pai, sob a lei ou tempo do filho e sob a graça ou tempo do espírito. Cada idade seria precedida de um tempo de incubação, sendo que o primeiro período teria ido de Adão a Abraão, o segundo de Elias a Cristo, e o terceiro iniciaria-se com São Bento e estaria chegando em seu termo (CHAUÍ, 1998). A idéia de terceira idade não permitia uma conciliação com a visão agostiniana de que o reino de Deus já havia sido instituído juntamente com a igreja. Di Fiori ansiava por uma renovação, tendo voltado seu olhar mais para o futuro que para o passado, sem, entretanto, criticar a Igreja Católica, embora nas leituras posteriores de sua obra possamos identificar expressões anticlericais, e depois seculares.

O ideário joaquimista foi apropriado, no século XIII, pela ala rigorista da ordem franciscana, conhecida como

a corrente espiritualista, que, em muitos casos, adaptava as profecias de Joaquim di Fiori, além de atribuir-lhe outras, escritas após a sua morte. Era um claro indício de ameaça à instituição católica, pois se passou a esperar a superação de Roma a favor de uma igreja espiritual: era o início da idade do espírito, na qual a igreja perderia sua função de guia religioso. Foram os franciscanos os responsáveis pela difusão do joaquimismo na Idade Média, muitos deles esperando a ressurreição de São Francisco como o prelúdio de uma nova era.

O joaquimismo esteve presente na maior parte dos movimentos messiânicos ibéricos. Em Portugal, o aspecto histórico adquire fundamental importância, tendo em vista os períodos de disputa, constituição e centralização do reino, que levaram a diversos momentos fundadores, como com Afonso Henriques, D. João I e D. João IV. Outro ponto importante é a oposição a Castela que, desde o processo de reconquista, buscou a unificação da Península Ibérica, por se entender como herdeira dos Visigodos. As sucessivas vitórias dos portugueses, aliadas ao processo de expansão ultramarina, favoreceram suas esperanças: mesmo em momentos de crise, não deixavam de acreditar em um futuro promissor, liderados por seu monarca.

A ideia do rei salvador, incorporada ao joaquimismo, começou a ganhar força no século XIII, sendo que a tendência era esperar um rei da França ou um

imperador do Sacro Império Romano-Germânico. Esperava-se um rei ressuscitado ou algum indivíduo identificado com um rei morto, com um personagem do passado. No caso da França, as esperanças voltavam-se para Carlos Magno e seus descendentes, e no caso da Alemanha, a volta ou o nascimento de um novo Frederico II (COHN, 1970, p.90-95).

Um outro exemplo da apropriação laica, mas com caráter messiânico, das teorias de Joaquim di Fiori, é a formulação feita por Fernão Lopes do conceito de Sétima Idade. O abade, ao realizar sua leitura dos três estados já mencionados, os divide em sete idades, em uma analogia aos seis dias da criação, seguidos do sábado, e aos sete sigilos sucessivamente abertos pelo cordeiro do apocalipse (BESSELER, 1987, p.19). Partindo da tradição ocidental cristã, divide a história da humanidade, em (REBELO, 1983, p. 62): a que iria de Adão até Noé, durando 1656 anos e 10 gerações; de Noé até Abraão, com 296 anos e 10 gerações; de Abraão a David, com 940 anos e 14 gerações; de David até o transpassar da Babilônia, durando 373 anos e 14 gerações; do transpassar da Babilônia até Jesus, com 589 anos e 14 gerações; de Jesus até o século XIV, durando 1443 anos. Restariam, ainda, segundo Fernão Lopes, 773 anos até o Juízo Final e este período seria completado pela 7a. idade, um período de quietude, que ocorreria em um tempo presente e vivido, após um

período de turbulência, marcado pelo surgimento do anticristo. O autor parte da alegoria dos sete selos, pois a abertura do sexto anunciaria um libertador (LOPES, 1983, p. 349-350)⁴. Essa elaboração tinha por finalidade identificar a ascensão de D. João I como o marco que daria início à Sétima Idade (BESSELER, 1987, p.28), em uma interpretação semelhante à que Antonio Vieira faria no século XVII acerca da noção de Quinto Império, quando elaborou seu discurso legitimador da ascensão de D. João IV no processo de consolidação da Restauração Portuguesa (MAGALHÃES, 2004); e à de D. João de Castro (1603, p. 51-52), que identificava D. Sebastião como imperador do mundo.

O messianismo, com características escatológicas, intensificou-se nos séculos XVI e XVII, tendo na descoberta do novo mundo o sinal da última etapa do homem na terra, com o fim do mundo sendo precedido pela conversão de toda a humanidade (LE GOFF, Jacques. 1984). A fundação da Companhia de Jesus, por Inácio de Loyola, também era um sinal de que o final dos tempos estaria próximo, pois, segundo Marilena Chauí, a chegada do terceiro período indicado por Joaquim di Fiori dependeria do surgimento de duas ordens, a dos contemplativos, que poderia ser representada pelos beneditinos, agostinianos ou

franciscanos, e a dos homens de ação, encarnados, agora, pelos jesuítas (CHAUÍ, 1998). Era um momento de crise da identidade judaica, com a conversão, e do cristianismo, com a Reforma.

Aliadas aos elementos até aqui apontados, devemos considerar também, que as teorias messiânicas medievais tiveram sua construção a partir de uma miscelânea de profecias herdadas do mundo antigo, principalmente dos judeus e dos cristãos primitivos, que partiam da concepção de história formulada pelos judeus, de caráter apocalíptico, por se considerarem o povo escolhido por Deus, cuja missão era iluminar e levar a salvação aos gentios (COHN, 1970, p.18). O mais antigo apocalipse conhecido, segundo Norman Cohn (1970), é o Sonho de Daniel⁵, quando pela primeira vez se imaginou um reino glorioso que não se limitava à Palestina, mas que englobava toda a Terra, ultrapassando os reinos anteriores em glória e, como seria o último, não deixaria descendentes. Era o início da elaboração das teorias acerca do Quinto Império que, ao contrário do desejo da igreja romana, era entendido como um império terrestre. Essas concepções, no período da dominação romana, adquiriram caráter militante, formulando-se a imagem de um salvador escatológico, o messias, que, conforme a situação se

4 Capítulo CLXIII - Da Septima Hidade que see começou no tempo do Meestre.

5 Daniel 7, 13-27.

agravava, tomava cada vez mais um caráter sobre-humano. Para o cristianismo primitivo, a volta de Cristo estabeleceria um reino messiânico na Terra, que duraria mil anos (COHN, 1970, p.16). O messianismo é um dos aspectos básicos da concepção judaica da história, possibilitando uma redenção tanto nacional e social quanto cósmica.

Segundo Anita Novinsky (1992), na Península Ibérica do século XV, principalmente por causa das perseguições sofridas, os judeus passaram a acreditar na possibilidade de interferência do homem no processo divino, que abreviaria a vinda do redentor. Desta forma, possibilitou-se a configuração de um messias histórico, presente, e não mais um sobre-humano. Em Portugal, a expectativa messiânica judaica ganhou nova força, principalmente após o estabelecimento da Inquisição e da conversão forçada ao cristianismo, gerando o que Anita Novinsky chama de o “fenômeno do português encoberto”, ou seja, o cristão-novo clandestino.

Essa figura fortalece as influências do messianismo dos judeus nos portugueses, que consolidam o entendimento que tinham de si próprios como herdeiros dos hebreus do Antigo Testamento e como povo escolhido por Deus, com as profecias bíblicas

sendo aplicadas tanto a Israel como a Portugal, ambos identificados como eleitos e com destinos supranacionais. O próprio joaquimismo aproximou os cristãos dos judeus, ao prever o regresso destes à igreja de Deus, o aparecimento das tribos perdidas de Israel e seu regresso à Terra Santa, liderados por um rei cristão, o que explica o fato de Bandarra dedicar grande parte do Sonho Terceiro tratando do retorno das tribos de Israel.

A identificação de Portugal com o povo escolhido aparece já na Crônica de Fernão Lopes acerca do reinado de D. João I, em especial no livro primeiro, quando narra os fatos que levariam o Mestre de Avis ao trono português, e na narrativa acerca da Batalha de Aljubarrota, no livro segundo. São diversas as passagens que indicam o favorecimento divino em relação a Portugal, como a profecia do Frei João da Barroca que, tido como santo que realizava revelações, previu o fato de que o mestre se tornaria regedor e defensor do reino, além da tomada do Castelo de Lisboa, o modo como ocorreria e o fato de que se tornaria rei (LOPES, 1983)⁶.

Partindo, ainda, de Fernão Lopes, a interferência divina a favor dos portugueses aparece de forma

⁶ Ver: Capítulo XXIII - Como Frei Joham da Barroca veo a Lixboa e da maneira do seu viver e Capítulo XXIV - Como ho Meestre fallou com Frei Joham da Barroca, e da Resposta que lhe elle deu. A ascensão do Mestre de Avis como regedor e defensor do reino aparece no Capítulo XXVI - Como o Meestre outorgou de ficar por Regedor e Defensor do Reino, e do que foi fallado na Camara da çidade sobre sua ficada e Capítulo XXIV - Como ho Meestre fallou com Frei Joham da Barroca, e da Resposta que lhe elle deu.

mais clara em dois momentos cruciais na trajetória do Mestre de Avis rumo à fundação de uma nova dinastia: no cerco a Lisboa, promovido pelo monarca castelhano, e na Batalha de Aljubarrota, já após a eleição do Mestre como rei (LOPES, 1983)⁷. Em relação ao cerco, após quatro meses e 27 dias, a cidade de Lisboa estava já quase sem mantimentos, quando as tropas do rei de Castela se retiraram devido a uma peste que atacara seus homens, deixando muitos mortos e feridos pelo caminho. Seria esta uma interferência divina a favor dos portugueses (LOPES, 1983)⁸. Já na Batalha de Aljubarrota, a grande preocupação era com o número desproporcional entre portugueses e castelhanos, sendo a vitória possível graças a opção de Deus pelo seu povo (LOPES, 1983)⁹. É importante realçar aqui que o Mestre de Avis colocou-se como defensor da cristandade, no contexto religioso de cisma do período, quando o rei de Castela, D. João I, colocasse, segundo Fernão Lopes, a favor do papa Clemente VII de Avinhão, enquanto o rei de Portugal colocou-se

a favor do Papa de Roma (LOPES, 1983)¹⁰. Em um segundo momento, este argumento é retomado por Fernão Lopes, ao transcrever documento enviado pelo Papa Bonifácio a D. João I, legitimando sua dinastia e considerando o rei de Castela como inimigo de Roma, reafirmando o papel de Portugal como defensor da cristandade (LOPES, 1983)¹¹. Deus interfere a favor daquele que garante, além da justiça e boa governança, a unidade da igreja católica, embora, conforme indicado por Rebelo, a ação direta junto ao rei de Portugal e seus súditos acabou por minimizar a importância do Papa, realçando o papel dos portugueses neste processo (REBELO, 1983, p. 78-81).

É a construção da imagem do rei cristão e salvador, do messias, que influencia os sebastianistas e os teóricos da Restauração Portuguesa, a partir de concepções de justiça, como apontado por Isaías, possuidor de fé e ardor patriótico, como Daniel, além de ser profeta das desgraças, como Jeremias. Além disso, o messias deveria ser profeta, sacerdote, filho

7 Sobre a eleição de D. João I, ver Capítulo CXCII - Das rrazões que os fidalgos e poboos ouverom com o Mestre, e como foi alçado por rei. Sobre as cortes de Coimbra, ver do capítulo CLXXXI até o final do livro I.

8 Ver: Capítulos CL - Das rrazões que Dom karilos disse a elrei de Castella, e como elrei levamtou seu arreal e degercou a çidade e CLI - Como os da çidade hordenarom huua proçissom, por darem garças a Deos, e da preegaçom que huu frade em ella fez e Capitulo CLI - CLI - Como os da çidade hordenarom huua proçissom, por darem garças a Deos, e da preegaçom que huu frade em ella fez.

9 Ver Volume II, Capítulos XLV - Como el rey partio do campo homde foi a batalha e veio a Alcobaga, ao XLVIII - Dos votos que esta idade fez pera sempre em renembrança daquesta batalha.

10 Ver Capítulo CLXXXV - Outras rrazões desse meesimo doutor, por que elrei nem sua molher, nõ devem seer tomados por senhores.

11 Ver Livro II, capítulo XCCIV - Theor da primeira letra que na see ffoi publicada, e capítulo CXXV - Pobricaçaom da segunda letra que os mesageiros trouveram da corte.

do homem, vitorioso, ungido, guerreiro, justo, sábio e de linhagem especial (HERMANN, 1996, p. 241-243). Tais elementos estão presentes ainda no século XVI, em autores como João de Barros, Rui de Pina, Damião de Góis e Luís de Camões. Vale apontar que os cronistas dos séculos XV e XVI ressaltaram as virtudes cristãs dos monarcas, sendo este um elemento

de identidade para os portugueses e uma das principais qualidades do rei. Rui de Pina, por exemplo, chama atenção para o fato de o rei promover a conversão dos povos, apesar de criticar a atitude do monarca em permitir a entrada dos judeus fugidos da conversão promovida pelos reis católicos, e de ser justo e amigo de Deus (LOPES, 1983).

Referências

- BARROS, João de. *Crônica do Imperador Clarimundo*. Lisboa: Sá da Costa, 1953.
- BESSELER, José Van. *O Sebastianismo: História Sumária*. Lisboa: Biblioteca Breve/ Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação e Cultura, 1987.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CASTRO, D. Iom. *Paraphrase et Concordancia de Algumas Propheçias de Bandarra, Çapateiro de Trancoso*, 1603.
- CHAUÍ, Marilena. Profecias e Tempo de Fim. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Brasil 500 anos: a descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COHN, Norman. *Na Senda do Milênio: Milenarismos Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*. Lisboa: Presença, 1970.
- COMAY, Joan. *Quem é Quem no Antigo Testamento*. Rio de Janeiro: Imágo, 1998.
- CURTO, Diogo Ramada. Língua e Memória. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Estampa, 1997.
- DELUMEAU, Jean. A espera de Deus. In: *A História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DELUMEAU, Jean. Uma Travessia no Milenarismo Ocidental. In: NOVAES, Adauto (Org.) *Brasil 500 Anos: a Descoberta do Homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FRANCO JR. Hilário. *As utopias Medievais*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- GRUZINSKI, Serge. *1480-1520: A Passagem do Século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HERMANN, Jacqueline. As Trovas de Gonçalo Annes Bandarra (Portugal, século XVI): Notas para a Abordagem de uma Fonte. In: BLAJ, Ilana; MONTEIRO, John. *História e Utopias*. São Paulo: ANPUH/CNPq, 1996.
- LE GOFF, Jacques. Escatologia. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1: Memória - História. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984.
- LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Rio de Janeiro: Civilização, 1983.
- MAGALHÃES, Leandro Henrique. *A Legitimidade da Restauração Portuguesa a partir do Discurso do Padre Antonio Vieira (164-1661)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos Novos na Bahia: A Inquisição*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- REBELO, Luís de Sousa. *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Livros Horizonte, 1983.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Getulio Vargas, 1999.
- SARAIVA, Antonio José. *História e Utopia: estudos sobre Vieira*. Lisboa: Ministério da Educação, 1992.
- VICENTE, Gil. Auto da Lusitânia. In: Autos de Gil Vicente. Porto: Lello & Irmão, 1965.